

REGIÃO DO CONTESTADO (PR-SC): TERRITÓRIO E PODER, MARCAS DO PASSADO AO PRESENTE.

José Aquino Junior

RESUMO

A Guerra do Contestado, ocorrida em uma região constituída por cidades de porte pequeno, localizada entre o Paraná e Santa Catarina, gerou grandes reflexos no desenvolvimento das cidades que foram palco deste conflito. Atualmente, as estruturas espaciais e toda dinâmica urbana gerada nesses municípios se derivaram, em sua maior parte, dos conflitos ocorridos durante a guerra. Fundamentado por um resgate teórico-geográfico e histórico da região, visitas e entrevistas foram realizadas nas cidades vitimadas pelos conflitos. Foi evidenciado como os agentes de poder, em sua maioria, representados pelas mesmas instituições que atuavam fortemente no período da guerra, atualmente influenciam ou até mesmo agem como os grandes modificadores dos espaços. Assim, este trabalho tem por objetivo traçar uma reflexão sobre o impacto da guerra em alguns municípios, com o intuito de contribuir com as pesquisas que busquem compreender a realidade dos territórios presentes na região, bem como dar o suporte teórico, ainda carente, para o aprofundamento dos estudos com esta temática.

Palavras-chave: Guerra do Contestado. Território. Poder.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a região do Contestado, constituída por cidades de porte pequeno, localizada entre o Paraná e Santa Catarina, se caracteriza por ser uma região extremamente complexa no âmbito das questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Os fatos que marcaram a história das cidades, pertencentes a esta região, são aqueles ligados aos conflitos territoriais presentes desde o Brasil Colônia até os dias atuais.

No entanto, é durante a Guerra do Contestado que a região vai determinar tanto as suas estruturas espaciais como as suas relações sociais e mesmo identitárias no âmbito regional, e mesmo diante das suas especificidades locais, os municípios pertencentes ao Contestado, possuem alguns elementos, decorrentes das conseqüências da guerra, que são em comum. Estes elementos, em grande parte, responsáveis pela formação dos cenários urbanos das ultimas décadas.

Para pensar nessas questões é necessário traçar alguns apontamentos referentes aos conceitos relacionados à territorialidade, e assim poder entender as formações dos territórios durante e após a guerra. Fora isso é de grande relevância um recorte histórico da região, com apontamentos sobre os acontecimentos que marcaram e ou definiram a Guerra do Contestado, com o intuito de contribuir para o entendimento da formação dos atuais processos urbanos.

2. ESPAÇOS, TERRITORIALIDADES E PODERES

A guerra do Contestado, ocorrida no início do século XX, foi decisiva na formação dos territórios de Santa Catarina e do Paraná, além dos denominados como “região do Contestado catarinense e sul-paranaense”. Foi um episódio complexo e decisivo na formação dos elementos atuais, de ordem econômica, social, política, cultural e religiosa (FRAGA, 2005). Esses elementos são os modeladores da atual rede urbana e responsáveis pela formação de territórios e das relações de poder vigentes, que ainda trazem muito do período coronelista dos séculos XIX e XX.

Para compreender bem, os territórios discutidos em questão, há a necessidade de entender que estes só existem porque antes deles há um espaço, ao qual pertencem e que são envoltos na complexidade de suas sociedades, natureza e cultura (RAFFESTIN, 1993). Nesse sentido, é necessário compreender também que este espaço é um campo de lutas e forças onde a sua evolução não ocorre de forma homogênea em todos os lugares, já que, está em constante transformação (SANTOS 1986).

No que concerne à concepção para a reflexão do espaço em Geografia, cabe ressaltar que se compreende que o espaço é entendido como o produto das relações reais que a sociedade estabelece entre si e com a natureza. A sociedade, neste sentido e na presente pesquisa, não é passiva diante da natureza; existe um processo dialético entre ambas que reproduz espaços e sociedades diferenciados em função de momentos históricos específicos e diferenciados. (CASTRO, 1995)

O espaço não é humano porque o homem o habita, mas porque é produzido pelos homens. Um espaço desigual e contraditório é reflexo da sociedade que o produziu por intermédio do trabalho coletivo. Compreender as contradições presentes no espaço é o objetivo do conhecimento geográfico, perceber além da paisagem visível, que é a imagem, o reflexo da construção humana. É preciso considerar-se o espaço geográfico a partir de vários aspectos interligados e interdependentes, os fenômenos naturais e a ação humana, as transformações impostas pelas relações sociais e as questões ambientais de alcance, no caso aqui em reflexão. (MENDONÇA, 1997)

Nesse contexto o homem passa a ser sujeito, ser social e histórico que produz o mundo e a si próprio. Daí a possibilidade de ele poder pensar a realidade em que está inserido, descobrindo-se nela e percebendo-se na sua totalidade, onde se revelam as desigualdades e as contradições.

O espaço deve ser considerado um evento, e mais do que um elemento físico. Sua definição se dá por meio de uma multiplicidade de conceitos que interagem na e com a forma. É como se a forma tivesse corpo e alma. Ela é resultante e resultado de um conteúdo e é alterada com o movimento social, de modo que um conteúdo se encaixa e interage a cada nova forma que, por sua vez, renova a sua concepção formal de existência, gerando redes de conexões.

Tais redes que marcam o espaço geográfico podem ser analisadas sob a ótica de Roberto Lobato Corrêa, quando este demonstra a forma como a rede se aplica à realidade. Para Lobato Corrêa, "Há em realidade inúmeras e variadas redes de modo visível ou não na superfície terrestre", funcionando dentro da lógica capitalista de organização do espaço, que, por sua vez, tem diversas formas de manifestação, variando suas dimensões de análise dependendo do contexto econômico e político em que está inserida.

Dessa forma, para pensar sobre a dinâmica atual dos territórios pertencentes à região do Contestado, é necessário compreender que estes estão inseridos em um espaço com um contexto envolto em conflitos que se remetem a tempos anteriores a guerra, mas que de certa forma, culminaram para o seu desenrolar, como também para a construção dos espaços atuais. Por outro lado, mesmo tendo características em comum, cada cidade hoje, se remete a um contexto formado por acontecimentos peculiares, não podendo assim, sofrer a generalização possivelmente dada as áreas da guerra. Neste ponto se dá à importância as características naturais, sociais e culturais específicas de cada área. Implica-se neste caso a determinação da localização na construção de cada territorialidade.

Na determinação da localização como conceito que complementa território e espaço, há que se esclarecer que a cidade (como ponto que une e liga as redes) possui dois espaços que se inter-relacionam: o dos objetos em si, produzidos ou não pelo trabalho humano, e aquele determinado pelos locais onde estes são produzidos e consumidos. É nesse processo que aparece a questão que envolve a localização, como sendo os locais onde os produtos são produzidos e consumidos.

A localização é a relação com outros objetos ou conjuntos de objetos, e a localização urbana é um tipo específico de localização: aquela na qual as relações não podem existir sem um tipo particular de contato: aquele que envolve deslocamentos dos produtores e dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção de consumo. Sobre isso é preciso salientar que tanto para o exercício imediato do trabalho como para a reprodução da força de trabalho, a localização

urbana é determinada então por dois tributos, sendo o primeiro uma rede de infra-estrutura (viária, saneamento, pavimentação, energia etc.) e a segunda marcada pelas possibilidades de transporte de produtos de um ponto a outro, de deslocamento de pessoas e de comunicação (VILLAÇA, 2001).

Dessa forma é possível concluir que a produção do espaço é, na verdade, a produção de localizações. As diferentes localizações apresentam diferentes valores, associados não somente ao valor dos elementos urbanos existentes, mas também à maior ou menor acessibilidade aos bens e serviços existentes na cidade. Essa diferenciação entre valores das localizações explica a diferença de valor, sobretudo nas áreas urbanas, perceptíveis entre as cidades da região do Contestado, sendo que no caso estudado, elas variam entre 2.000 e no máximo 80.000 habitantes, ou sejam, são todas cidades pequenas.

O território é, neste sentido, parte de uma extensão física dos espaços, mobilizados como elemento decisivo no estabelecimento de um poder e controle. Por intermédio desse controle é possível a imposição de regras de acesso, de circulação e a normatização de usos, de atitudes e comportamentos sobre este espaço.

Amplamente discutido, os conceitos de territorialidade se modificaram por meio das concepções e perspectivas filosóficas, das quais, será também pertinente para a discussão o conceito atrelado à identidade. Nesse sentido, território como identidade toma forma por intermédio de um longo processo, em movimento, constituído através do pertencimento que o indivíduo ou grupo tem do seu espaço de vivência. Nesta concepção, segundo Hasbaert (2006), o território é construído por meio de subjetividades, das quais se tornam representações de espaços habitados.

Para a construção destes territórios, moldado por um jogo de relações de poder, impera as identidades construídas pelo vencedor, que será o ditador das regras que garantirão as novas formas e estruturas do espaço de acordo com os seus interesses. A região do Contestado demonstra um exemplo, de como o capital, aliado aos interesses do Estado, se tornaram os vencedores que ditaram as regras para a ordenação dos espaços contidos nessas áreas.

Sobre o capital, este se tornou o grande produtor das transformações espaciais e condicionou as dinâmicas geradas na região, pois através dos donos do capital e da lógica de acumulação financeira, visaram à apropriação de espaços com o intuito da lucratividade, onde criaram novas redes e relações de poder, influenciaram e gerenciaram novas territorialidades.

A produção do espaço é ação cotidiana do homem e aparece na forma de ocupação de um determinado lugar em momento histórico, onde a produção da cidade aparece como manifestação espacial dos conflitos de interesses dos diversos agentes presentes nesse processo, associado ao desenvolvimento capitalista.

3. A GUERRA DO CONTESTADO

A região do Contestado caracterizou-se pela sua herança, decorrente de um longo processo histórico com numerosos conflitos. As disputas territoriais iniciaram-se séculos atrás, quando Portugal e Espanha, por meio do Tratado de Tordesilhas, brigavam pela posse daquelas terras. Essa luta se remete ao Brasil Colônia, no entanto, foi substituída por outras até o início do século XX, quando Paraná e Santa Catarina, mais uma vez, vão transformar a região em palco de disputas por limites.

Caracterizada por extensas florestas de madeira nobre, além de ervais ricos em erva-mate, a região do Contestado, serviu de morada, no período que antecede a guerra, por caboclos, constituídos em pequenos proprietários, peões-ervateiros e agregados, que não possuíam legalização de suas terras.

Com o início do Brasil República, muitos fazendeiros começam a legalizar a posse de suas terras sem obedecer às de quem não havia legalizado. Somam-se as políticas federais do período, que almejavam ligar o Rio Grande do Sul, em grande desenvolvimento, ao resto do Brasil, principalmente a São Paulo. Fora isso havia o impasse na divisão territorial entre os dois estados (Paraná e Santa Catarina), que se tornavam o obstáculo de ligação entre o Rio Grande do Sul e São Paulo.

Em 1905, o Ministro de Aviação e Obras Públicas de Santa Catarina, Lauro Muller, investe por meio de concessões internacionais, disputadas entre os empresários, e traz para o Brasil o norte-americano Percival Farquhar, responsável pela fundação da *Brazil Railway Company*. A *Southern Brazil Lumber Colonization*, uma empresa subsidiária da *Brazil Railway Company*, recebeu as concessões que permitiriam a construção da estrada de ferro e a ligação do Sul com o resto do País. Soma-se a isso, o fato da empresa receber para a implementação da estrada de ferro 6 milhões de acres de terras destinadas a colonizações (FRAGA, 2006).

Com a chegada da ferrovia, agora denominada Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, os construtores passaram a receber, de acordo com as negociações estabelecidas, 15 km²

de cada lado dos trilhos para explorar a madeira e a erva-mate (quando da concessão inicial eram 30km de cada lado). Já em 1910, era inaugurada a segunda maior madeireira das Américas, localizada em Três Barras. Além disso, a empresa de Farquhar lucrava também com a venda das terras desmatadas para a colonização de estrangeiros, que em sua maioria possuía moradores sem a sua posse legal.

É por isso que muitos moradores da região do Contestado, por meio da imposição dos homens encarregados pela companhia, acabavam sendo desalojados. Nesse sentido, percebe-se nitidamente a maneira como a *Southern Brazil Lumber Colonization*, autorizada pelo Estado, apropriou-se de poder por intermédio do capital gerado, além daquele já investido, e durante anos vai expulsar os moradores de suas terras – a maioria das vezes de forma violenta.

Para o transporte da madeira que seguiam pelos portos de Paranaguá e São Francisco do Sul, foi construído o ramal ferroviário, denominado de Porto União – São Francisco do Sul, quando esta também servia para transportar soldados, armas e munição do Exército Brasileiro, que dessa forma, protegia os interesses de Farquhar e de sua companhia. É dentro deste cenário que a grande corporação, aliada ao Estado, se tornaram os grandes inimigos, pois produziam os desalojados da região – sem terra, comida, e casa.

Assim, iniciam-se os conflitos territoriais, dos quais havia lados bem distintos, de um; a grande empresa madeireira cujo objetivo acompanhava somente a lógica da acumulação de capital e o Estado com o seu ímpeto interesse de ligar o Sul ao resto do País, além de dividir, por meio da estrada de ferro, os Estados do Paraná e Santa Catarina; do outro lado havia uma população, em sua maior parte cabocla, que perdia sua moradia, seu território e por fim, a sua identidade.

Os conflitos se intensificam com as demissões de muitos trabalhadores, quando esses não ofereciam mais vantagens nem para a construção de mais trilhos, nem para as extrações de madeira. Conseqüentemente, ampliava-se o número de rebeldes que vagavam pelo Contestado sem moradia e emprego. Foi dentro deste cenário, durante os anos entre 1912 a 1916, que ocorreu a Guerra do Contestado, onde os conflitos se tornaram responsáveis pela morte de mais de 30.000 homens e mulheres incluindo velhos, crianças e inválidos.

Neste contexto conturbado do início do século XX, os monges se valem como os personagens de destaque para essa guerra, já que, figuravam-se como os *heróis* dos caboclos na

região. Suas palavras eram consideradas ora proféticas, ora incentivadoras para a não desistência dos conflitos.

De 1845 a 1912, as terras do contestado foram percorridas por três importantes monges. João Maria D'Agostini, que desaparece por volta de 1890, foi um monge muito venerado por seus benzimentos e curas em todo Sul do Brasil. Enquanto João Maria de Jesus, que também desaparece, este em 1908, se diferenciava do primeiro devido aos seus discursos contra a República e prenunciador da modernidade que engoliria o mundo caboclo.

Já o terceiro monge, José Maria, foi o grande responsável por levar a população do Contestado contra a companhia da Estrada de Ferro e contra a República. Atacava as autoridades com um discurso político que ia contra os interesses do Estado, além de reunir os desalojados e desempregados, intensificando, assim, os conflitos – mas não deixa de fazer o serviço dos monges anteriores, benzer, curar e dar conselhos. Em outubro de 1912, no primeiro combate da guerra, em Irani, José Maria é morto por militares e se torna um *herói*, um santo e símbolo da guerra. Com ele morre o militar paranaense João Gualberto, dentre outros que participaram do entrevero (FRAGA, 1998).

Nesse sentido, a Guerra do Contestado também se caracterizou por ser uma guerra messiânica, onde os monges figuravam as esperanças de um povo que perdia suas casas, terras, identidades e história. Encerrada oficialmente em 1916, a guerra ainda foi palco, durante mais alguns anos, de muitos focos de revoltosos, apagados pelos militares nas mais diversas maneiras, desde a expulsão dos rebeldes de suas terras de origens á transformação em mão-de-obra escrava, e até em assassinatos.

Os governos de Santa Catarina e do Paraná, em 1916, resolvem seus limites por meio de um tratado, intitulado “acordo de limites”, realizado no Rio de Janeiro, quando ficaram estabelecidas as atuais fronteiras dos dois Estados. Finalmente, em anos posteriores, a estrada de ferro foi desativada, deixando para região as suas marcar, e entre elas, as redes urbanas, construídas durante a sua operação (figura 1).

É Neste contexto que a Região do Contestado se tornou um campo de lutas e forças com particularidades histórico-culturais bastante complexas, pois foi atropelado pelo Capitalismo que com a ferrovia, que ocasionou desmatamentos e desapropriações promovidos pela *Lamber*. Somam-se a isto as questões de limites estaduais e jogos de interesses, aos quais vitimaram as populações que habitavam a região, modificou as estruturas econômicas, sociais e culturais

vigentes, culminando na modificação dos espaços e das territorialidades. As questões decididas pelo Estado juntamente com os donos do poder financeiro influenciaram decisivamente os rumos da história e definiram de certa forma, a formação do cenário atual.

4. MARCAS DO PASSADO AO PRESENTE

Atualmente, a região do Contestado é marcada principalmente pela presença de pequenas cidades que se desenvolveram por meio de ligações diretas ou indiretas aos conflitos. São cidades que possuem suas particularidades, se diferenciando entre si através de fatores econômicos ou sociais. A região é caracterizada como uma das mais pobres do estado de Santa Catarina e do Paraná, no entanto, algumas cidades possuem especificidades que contrariam as estatísticas de municípios vizinhos a região, como o Nordeste Catarinense, o Vale do Itajaí a Região Metropolitana de Curitiba.

Um exemplo é Pinheiro Preto (SC), cidade colonizada por italianos e, atualmente, com uma população de apenas 2.745 habitantes, se tornou um centro produtor de frutas e vinhos, além de possuir baixas taxas de analfabetos e desempregados. Orgulha-se de suas festas que remetem a uma tradição originada na cultura de seus antepassados, constituídos em sua maioria por imigrantes italianos (figura 2).

Mesmo que a ferrovia marque a sua história e fundação, os habitantes de Pinheiro Preto se remetem a uma identidade e a um passado distante dos conflitos presentes na Guerra do Contestado. As marcas que os conflitos deixaram são realçadas apenas em pontos turísticos, que não possuem contextualizações condizentes com os impactos que causaram para a formação do cenário atual – ou seja, a Guerra do Contestado é quase invisível na cidade.

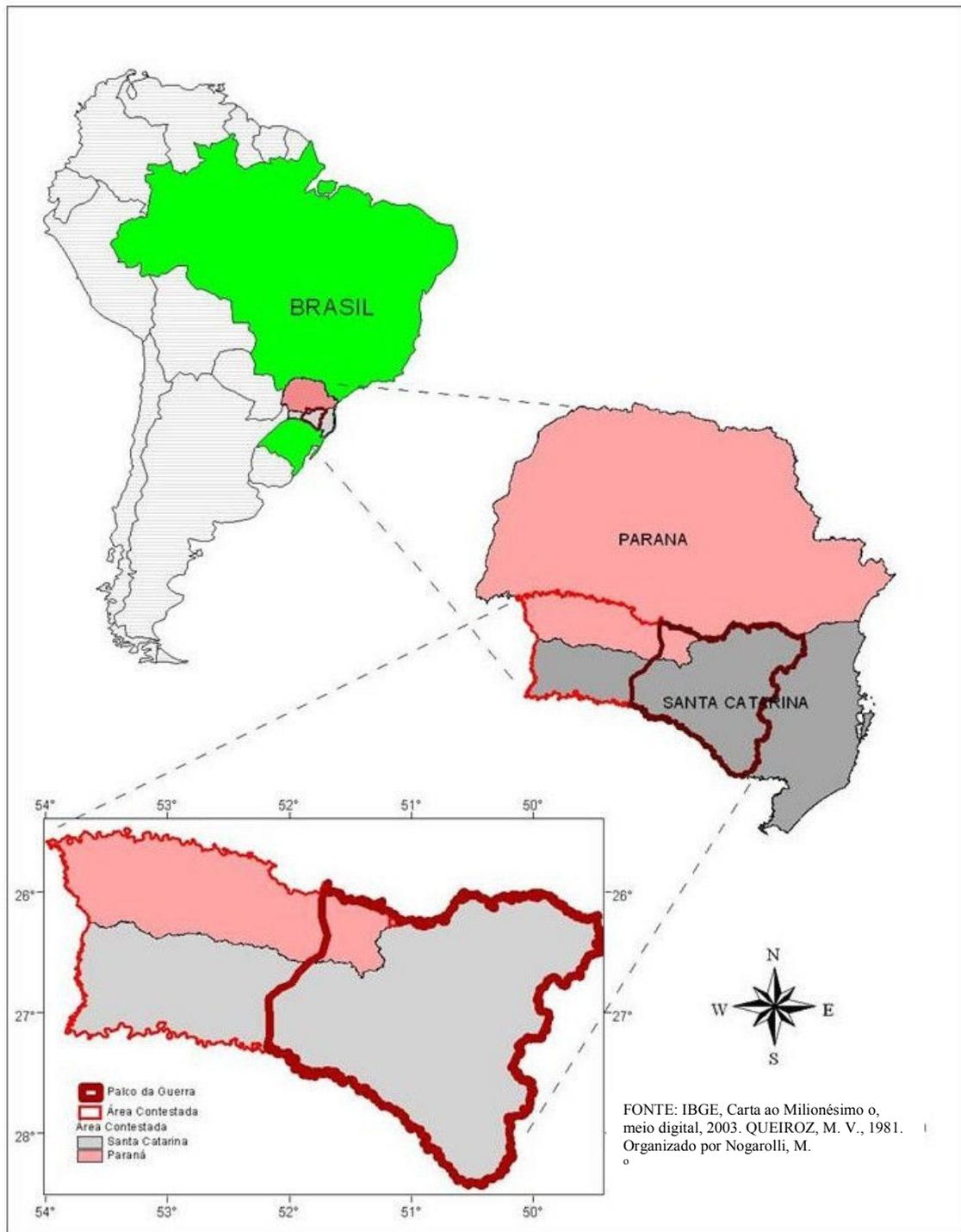


Figura 1: Localização Geográfica da área do contestada e palco de guerras



Figura 2: Centro do município de Pinheiro Preto - SC, marcado pela estrada de Ferro utilizada na Guerra do Contestado

Nesse sentido, evidencia-se uma ausência, nos habitantes, de uma identidade, ligada à história do espaço onde a cidade e a sua sociedade se instituem. Esta ausência é expressa por meio do museu e dos folhetos turísticos, que relatam um passado cheio de lacunas.

Se há uma identidade, é porque ela se remete a um território, mesmo que este não possua um espaço físico. No entanto, no caso de Pinheiro Preto, a identidade não se atrela a ausência de um espaço, mas se encontra em um que possuía uma identidade, agora quase apagada pelos interesses e pela lógica dos agentes que possuíam e possuem os poderes de transformar os espaços da cidade – em síntese, a cidade é “italiana” na concepção dos que a constroem.

Já em Três Barras (SC), outro município do Contestado, os grandes impactos causados pela história ainda permanecem presentes. A formação da urbanização é fortemente atrelada ao passado da serraria localizada na cidade a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que chegou a se tornar a maior serraria da América Latina. A urbanização da cidade se orientou pela construção da Company Town, necessária, na época, para as explorações da Lumber. Com

altos investimentos, abrigava mais de 200 residências, que possuíam elevada infra-estrutura se comparado com os padrões das cidades brasileiras na época (LIMA, 2008).

Atualmente, em Três Barras, a Company Town foi destinada para a residência de militares no Centro de Instrução Marechal Hermes, do Exército Brasileiro, onde os investimentos para o patrimônio do lugar são destinados aos interesses das autoridades que lá se estabeleceram (figura 3). Mesmo assim, de acordo com Machado (2001), foi a lógica do capital presente na época do Contestado, caracterizada pela transnacional, que determinou a dinâmica espacial atual.

Outra situação peculiar se encontra entre Porto União (SC) e União da Vitória (PR), onde duas cidades possuem a história advinda de uma só – até a Guerra do Contestado “Porto União da Vitória”. Suas localizações vão marcar as especificidades regionais, pois se encontram exatamente no divisor territorial entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. Para este caso, a Estrada de Ferro teve o papel fundamental na constituição do ambiente urbano atual, já que, a linha ferroviária figura, até hoje, o corte entre os dois Estados, curiosamente localizados no centro das cidades.



Figura 3: Company Town da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, hoje Centro de Instrução Marechal Hermes. Três Barras – SC

Diferentemente das outras cidades citadas, em Porto União e em União da Vitória a questão da territorialidade é caracterizada tanto pelo seu conceito mais tradicional, cujo

significado é sinônimo de delimitação por parte do poder político-administrativo do Estado, como pelo conceito atrelado a identidade, pois, existem duas cidades, conurbadas entre si, mas formadoras de uma única noção de identidade – mesmo considerando que as cidades gêmeas formem uma urbanização de menos de 100 mil habitantes, portanto, cidades pequenas (figura 4).



Figura 4: Centro e limite municipal de Porto União - SC e de União da Vitória – PR

No imaginário dos habitantes de Porto União e de União da Vitória, como na percepção dos visitantes e dos turistas, há somente um território. As delimitações que dividem as duas cidades são expressas somente nas esferas públicas, divididas em instituições como: segurança, hospitalar, educação etc (HOBAL *et all*, 2006).

Este caso demonstra claramente, que as conseqüências da guerra, tanto determinaram as dinâmicas espaciais do presente, como apagaram parte da história dos moradores que ali sofreram com as suas batalhas. Hoje os principais agentes de poder responsáveis pelas duas cidades, são os

Estados do Paraná e de Santa Catarina, que se apropriam das legislações para reger os municípios, principalmente, de acordo com a lógica de suas políticas estaduais, não respeitando as especificidades locais – visto que as duas são gerenciadas a partir de políticas curitibanas e florianopolitanas.

Vale ressaltar que União da Vitória, Porto União, Três Barras e Pinheiro Preto representam atualmente, nos aspectos econômicas, sociais e culturais, parte da identidade do Contestado e assim caracterizam, parcialmente as problemáticas regionais encontradas nas pequenas cidades do Sul paranaense e da Região do Contestado Catarinense.

Na perspectiva dessa análise territorial em rede, sendo expressão no território e ao mesmo tempo uma técnica (meio/instrumento) para agilizar fluxos, tem-se uma dinâmica no Contestado marcada pelos fluxos externos, mas intimamente ligados aos internos, os seus fluxos e conexões que dão uma certa autonomia socioeconômica, não apenas na atualidade, mas nas redes anteriormente registradas, fazendo da região uma ilha de riqueza e miséria, como já se mencionou, ligada à fluidez e gestão do capital.

No espaço do Contestado se tem uma ordem de coexistências, assim como o tempo na formação regional foi marcado por uma ordem de sucessões, mas tais ordens existem juntas, nas coisas em si, considerando que o tempo é local.

Sobre as mudanças observadas, cabe ressaltar que as mesmas se deram principalmente no território, entendido como o de fluxos livres internamente, do período colonial e Imperial, e o rompimento deste com a federalização republicana, que passa a mudar os rumos sócio-econômicos, cobrando impostos sobre produção (mate e gado), concedendo terras, criando infra-estruturas novas (ferrovias e rodovias) e delimitando as terras da região do Contestado, com o acordo imposto em 1916.

As pesquisas permitem considerar a região do Contestado como uma região cultural, historicamente estabelecida pelas redes culturais que estabeleceram a formação territorial com uma identidade própria. Mesmo que os mecanismos administrativos estaduais tenham criando nomenclaturas diferenciadas para a região, como Oeste, Meio Oeste ou Coração Catarinense (do lado de Santa Catarina), e no Paraná como Sudoeste, Sudeste e Sul, a população que habita a região do Contestado em Santa Catarina, consegue se enxergar como habitante do Contestado.

Com esta pesquisa, pode-se comprovar empírica e teoricamente o nível de articulação proporcionado pelas redes que regem o território da região do Contestado. A mobilidade

geográfica do capital pode ser verificada na atualidade pela capacidade de circulação existente, porém não eliminou um processo histórico existente com certa autonomia regional de fluxos internos, em todos os níveis, mas principalmente os sociais e culturais.

5. CONSIDERAÇÕES

As cidades demonstram como os processos espaciais atuais sofreram com os impactos do passado, principalmente daqueles decorrentes da Guerra do Contestado. Elas também figuram exemplos de como as ações impostas nos conflitos, foram decisivas para a formação dos territórios, da rede, como das relações de poder contidas na atualidade.

Através das visitas, ficou notável a imposição de um novo e falso passado, pois o verdadeiro, na maioria dos casos, se esforça para ser esquecido. Isso ocorre porque, cada vez mais, a história dos municípios do Contestado é substituída por outra história, com intenções turísticas e por políticas conservadoras e coronelistas que são mantidas há décadas. Essa nova versão é imposta por agentes de poder com olhares voltados somente para os interesses do capital e mercado financeiro.

Dessa maneira, o olhar de Soja (1993) é de um espaço geográfico abundante, com múltiplos sentidos e significações, com uma paisagem pós-moderna, compreensível, por sua vez, apenas por intermédio de uma geografia crítica pós-moderna (SOJA, 1993, p. 298). Assim, para o autor, a pós-modernidade não seria apenas uma etapa cultural do capitalismo de acumulação flexível, como defende David Harvey (1992, p. 45-67), mas uma nova realidade social e espacial, onde o entendimento necessitaria de um método em que a geografia teria total preponderância sobre a história.

Assim, tal perspectiva de materialidade do espaço produzido vai além da produção material, envolvendo a criação e recriação constante de projeções espaciais de relações de poder e de identidades culturais espacialmente referenciadas, não desconsiderando a força das imagens espaciais, das territorialidades e das identidades sócio-espaciais na influência dos projetos humanos.

Um das perspectivas de análise da complexidade temporal e espacial das relações envolvendo território, poder e redes, se verifica em Milton Santos (2003), quando este abre discussão para uma geografia do movimento.

Segundo Santos (2003, p. 167) a produção do meio técnico-científico-informacional, os círculos de cooperação se instalam num nível superior de complexidade e numa escala geográfica mais ampla. Mais do que produzir, a produção necessita ser colocada em movimento, uma vez ser, atualmente, a circulação que preside a produção onde o aumento de fluxos atualmente tem sido muito significativo.

Nesse sentido, busca-se na Geografia, a importância de um viés que procure, através do entendimento dos processos espaciais e territoriais, novas formas de pensar que dêem suporte para as pesquisas que tenham como intuito sanar as problemáticas decorrentes dos processos urbanos dessas cidades. Fora isso, necessita-se de mais estudos que considerem os reais motivos e conseqüências da Guerra do Contestado, pois muitas ações que são exercidas pelas esferas do poder, planejam e atuam nessa região esquecendo os conflitos que essas áreas sofreram no decorrer da formação de suas territorialidades.

6. REFERÊNCIAS

FRAGA, N. C. Os Cafuzos de José Boiteux: reflexões sobre uma comunidade nos 150 anos de Colonização de Blumenau no Vale do Itajaí. Fundação Cultural de Blumenau, **Revista Blumenau em Cadernos**: Blumenau/SC. Tomo XXXIX, n. 11/12, dez./1998, pp. 39-45.

_____. **Contestado: A Grande Guerra Civil Brasileira**. In: Paraná, Espaço e Memória – diversos olhares histórico-geográficos. Curitiba: Ed. Bagozzi, 2005, p. 228-255.

_____. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado**: uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.

_____. **Território, Região, Poder e Rede**: olhares e possibilidades conceituais de aproximação. Curitiba: Relações Internacionais no Mundo Atual, 2007, a. VII, n. 7, p. 9-32.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: O “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

HOBAL, M. A., MEDEIROS, W. R. e FRAGA, N. C. Entre a convivência e separação: planos e projetos turísticos das cidades gêmeas Mafra-Rio Negro e Porto União-União da Vitória (SC-PR). **Revista PerCurso: Curitiba em Turismo**, a. V, n. 5, 2006, p. 93-108.

LIMA, S. R. **Capital Transnacional, Company Town e a Produção do Espaço Urbano**. Caminhos de Geografia Uberlândia v. 9, n. 25 Mar/2008 p. 158 – 164. revista on line <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html>

MACHADO, P. P. **Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916**. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, Campinas, 2001.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no 3º mundo**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986. Tradução: Sandra Lencine.

SOJA, Edwar. **Geografias pós-modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.